



Principais títulos

O acordo de salvaguardas Argentina e Brasil

Empresários brasileiros em lua-de-mel com a Venezuela

Presidente Evo Morales: “O Tratado de Livre Comercio acabará com a CAN”

Cresce presença de investimento brasileiro no país vizinho

A integração produtiva no Mercosul



O acordo de salvaguardas Argentina e Brasil

O acordo firmado na última quarta-feira entre Brasil e Argentina, que permitirá a adoção de medidas protecionistas temporárias (salvaguardas) em caso de surto de importações de um país para o outro, prevê o cumprimento de metas de investimento, produtividade, vendas internas e outros itens pela indústria que solicitar a barreira. A permanência das cotas impostas ao país exportador e a prorrogação da salvaguarda, chamada de Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), estão condicionadas ao cumprimento dessas metas, que serão verificadas no meio do prazo de vigência do benefício.

O acordo determina que, até 90 dias depois de aplicada a salvaguarda, é preciso implementar um Programa de Adaptação Competitiva (PAC), plenamente articulado ao MAC. Desenvolvido por empresários e governos dos dois países, o PAC é, em outras palavras, o início da integração de cadeias produtivas, bandeira que sempre foi levantada pelo Brasil.

Para o cumprimento das metas, o país exportador, ou seja, que teve suas vendas limitadas ao outro mercado, poderá oferecer ajuda — como investimentos e transferência de tecnologia — para melhorar a competitividade das indústrias do país importador. A regra se aplica, basicamente, à Argentina, que sempre usou a necessidade de recuperação de seu parque industrial como argumento para conseguir as salvaguardas, que terão duração de um a três anos, com prazo prorrogável por mais 12 meses. A medida deve começar a vigorar dentro de 40 dias.

Antes de qualquer medida restritiva, os dois países passarão por um período de consultas. Isso se aplica não apenas aos empresários argentinos, mas também aos brasileiros, especialmente os do Sul do Brasil, que reclamam da concorrência de produtos agrícolas da Argentina (arroz, trigo e cebola) e também o vinho. Os dois governos anunciaram a disposição de negociar a extensão do acordo para o Uruguai e Paraguai. (*Global 21, 06/02/06*)

Entendiendo mejor el acuerdo

1º Paso - Reclamo: un sector de la industria de alguno de los países, con representatividad igual o superior al 35%, presenta en su país de origen un reclamo formal. La información a presentar debe incluir un histórico de los últimos 36 meses y los precios practicados.

2º Paso - Acuerdo entre privados: El gobierno del país importador tiene 15 días para evaluar si cabe el reclamo. Si así fuera, debe enviar el caso a la comisión bilateral de monitoreo. La comisión tiene 5 días para convocar a los representantes de los sectores privados de los dos países para que lleguen a un acuerdo entre ellos. El plazo para obtener el acuerdo va de los 30 a los 120 días.

3º Paso - Investigación: Si los privados no se ponen de acuerdo, se inicia una etapa de investigación que tiene entre 60 y 120 días para ser concluida. En esta etapa se van a verificar los números del comercio, márgenes de ganancia, precios y también si existe efectivamente, daño a la industria del país importador.

4º Paso - Aplicación: Si por medio de la investigación se comprueba daño a la industria del país importador, los representantes privados del sector serán convocados nuevamente para llegar a un acuerdo. Si aún así no se llega a ningún acuerdo, se determinará una cuota de productos que podrán seguir siendo importados con impuesto de importación cero (0%) por tener origen en Brasil o en Argentina. A partir de la cuota, los productos importados del país de origen motivo del reclamo, deberán pagar impuesto de importación como una alícuota de importación, igual a la Tarifa Externa Común, menos una preferencia del 10%. (*Mercosur ABC, 09/02/06*)

CNI chama novo sistema de "retrocesso"

Enquanto os argentinos festejaram o acordo de salvaguardas no comércio bilateral com o Brasil, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) afirmou que o mecanismo faz o Mercosul retroceder.

De acordo com a entidade, o protocolo que criou o MAC (Mecanismo de Adaptação Competitiva), decepcionou o setor empresarial. "O mecanismo contraria o espírito da integração do Mercosul e gera um clima de retrocesso no desenvolvimento do bloco", disse o presidente da entidade, Armando Monteiro Neto.

O acordo, assinado anteontem, foi uma tentativa brasileira de salvar o Mercosul de uma crise. Em 2005, o déficit da Argentina com o Brasil foi de US\$ 3,6 bilhões.

O MAC prevê que, se ficar provado que há dano a um setor, o país poderá impor cotas de importação da mercadoria.

A CNI defendia o compromisso de não-aplicação de medidas antidumping e outras restrições unilaterais às importações. A entidade queria a adoção de um mecanismo de natureza transitória.

"Outra questão que preocupa é o desvio de comércio, que é uma coisa a que nós precisamos estar atentos", disse Monteiro Neto.

Mercosul pode ampliar mecanismo

Os chanceleres Celso Amorim e Reinaldo Gargano, do Uruguai, não descartaram a possibilidade de estender o MAC (Mecanismo de Adaptação Competitiva), assinado na quarta-feira entre Brasil e Argentina, aos demais sócios do Mercosul, se houver necessidade e se for solicitado.

"O mecanismo pode ser estendido para os outros países, mas é preciso que eles manifestem interesse. O acordo prevê a possibilidade de inclusão dos outros sócios do Mercosul e, se isso ocorrer, o acordo do bloco vai prevalecer sobre o acordo com a Argentina", disse Amorim.

Gargano afirmou que o governo uruguaio "vai observar com muito cuidado" o funcionamento do MAC para ver se o mecanismo afeta o comércio com Brasil ou com a Argentina. "Não estamos descontentes com esse acordo. Para nós o Mercosul é prioridade e esperamos que a Bolívia também ingresse." Segundo Amorim, ele não pediu que o Uruguai fosse incluído no mecanismo.

Depois de um ano e meio de discussão, Brasil e Argentina entraram em acordo, por determinação dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, para que seja acionado um mecanismo que estabeleça cotas para o comércio de produtos quando houver surto de importação de ambos os lados. As cotas vão durar por três anos e podem ser renovadas por mais um ano. Para o comércio que ultrapasse a cota, incidirá 90% da TEC (Tarifa Externa Comum) cobrada para países de fora do bloco. O objetivo do acordo é dar tempo para fortalecer a indústria argentina.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) qualificou o acordo como enorme retrocesso na integração do Mercosul e ameaçou reagir com dureza.

Em resposta às críticas da Fiesp, Amorim disse acreditar que o novo mecanismo será usado com moderação. "Acredito que a aplicação do MAC será equilibrada e moderada". Segundo ele, o Brasil atendeu a um "pedido que a Argentina vinha fazendo de forma muito angustiante há muito tempo". Na avaliação do ministro, o Brasil não tinha razão para negar o pedido já que o Mercosul é um projeto político, além de comercial, e o Brasil tem superávit que equivale a 30% das exportações para a Argentina.

No ano passado, o saldo positivo brasileiro com o vizinho foi de US\$ 3,6 bilhões. Na avaliação de Amorim, o benefício para o Brasil é a previsibilidade que o MAC dará ao comércio, evitando decisões e soluções intempestivas para os desequilíbrios comerciais.

Acordo é estratégico, dizem argentinos

Os empresários argentinos manifestaram ontem um forte apoio ao acordo firmado entre o Brasil e seu país e elogiaram atitude do governo durante a negociação. Segundo um comunicado emitido pela União Industrial Argentina (UIA), "as negociações permitiram chegar a uma decisão estratégica em favor da reindustrialização de nosso país e do desenvolvimento harmônico" do Mercosul.

Já a Fundação Pro Tejer, lobby do setor têxtil, considerou que o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) abre a possibilidade de que se evite "a invasão de produtos brasileiros ao país e a conseqüente destruição de indústrias e de postos de trabalho argentinos". Também houve elogios de outros setores, incluindo o de calçados.

Os produtores de têxteis e de sapatos estão entre os setores que mais protestam contra uma suposta "invasão" de seu mercado pelo Brasil. Ambos firmaram acordos que limitaram as exportações brasileiras, cuja vigência está prestes a terminar. Além disso, venceram recentemente os acordos similares feitos para o setor de linha branca. Esses fabricantes poderiam solicitar a salvaguarda caso não consigam renovar os acordos que possuem com o setor privado brasileiro.

Entre os produtores brasileiros, as queixas de "invasão" de produtos argentinos estão concentradas em produtos com menor valor agregado. Há reclamações dos produtores de vinho, arroz, trigo e alho, que também poderiam recorrer à salvaguarda.

Segundo a avaliação de uma fonte do governo brasileiro, os argentinos que reclamam da competição com produtos brasileiros representam uma parcela relativamente pequena do comércio bilateral, estimada em menos de 5%. Na sua avaliação, se for acionado pelos produtores brasileiros, o MAC tem um potencial maior para afetar o conjunto do comércio - as vendas de trigo argentinas correspondem a 9,5% dos embarques do país ao mercado brasileiro. (Valor 02/02/06)

Acordo do Uruguay com os EUA

Depois de passar semanas contemporizando as divisões dentro do governo uruguaio em torno de um possível acordo comercial com os Estados Unidos, Gargano disse que assinar o acordo com os americanos não adiantaria nada para o Uruguai.

"Conseguimos fixar 2013 como data para o fim dos subsídios agrícolas, mas os EUA têm uma lista de 300 produtos sensíveis para os quais não vão oferecer acesso e aí estão incluídos justamente os produtos que queremos exportar", disse ele, que também foi recebido pelo presidente Lula.

O chanceler uruguaio se referia ao acordo do encontro ministerial de Hong Kong, da Rodada Doha de liberalização mundial do comércio, que ocorreu em dezembro. Segundo ele, o governo do Uruguai sabe que não é possível assinar um acordo bilateral com os EUA, ou seja, sem os parceiros do Mercosul, mas, também entende que o Uruguai, por ser um país pequeno, tem que encontrar racionalidade econômica na integração com o Mercosul.

"Se melhorar o acesso dos nossos produtos nos Estados Unidos, vamos ter interesse, mas o Brasil e a Argentina também terão. Então, poderemos negociar juntos", disse Gargano, que veio ao Brasil a convite de Amorim. (*FSP, 03/02/06*)

Avanza el proyecto de "gasoducto del sur"

El gasoducto que unirá a Venezuela con los países del sur y que viene siendo impulsado por los gobiernos de Brasil y Argentina tendrá un costo no menor a 15.000 millones de dólares y sus impulsores aspiran a que comience a funcionar hacia finales de 2011. Esas son las primeras conclusiones de un grupo de técnicos de los tres países que participaron de la primera reunión de coordinación. El proyecto de prefactibilidad está avanzado en 80% y ya se decidió que el gasoducto partirá de Puerto Ordaz, y pasará por Brasil para llegar al norte argentino. El primer borrador del proyecto perfilado en Buenos Aires será analizado en Río de Janeiro el 15 de febrero, y una tercera reunión de carácter técnico está prevista para el próximo 9 de marzo en Caracas, cuando el informe será elevado a los ministros de Energía y Minas de Brasil y de Venezuela y de Planificación de Argentina. Los ministros harán llegar el informe final a los presidentes Kirchner, Chávez y Lula, y está previsto que hacia julio comiencen los llamados a licitación para realizar estudios de impacto ambiental y el desarrollo del proyecto de ingeniería. Uruguay estudia seriamente la posibilidad de sumarse a este proceso lo cual podría concretarse en el mes de abril cuando se realice la próxima reunión de técnicos en Brasil. (*La Republica, 05/02/06*)

Empresários brasileiros em lua-de-mel com a Venezuela

Nas contas da indústria, a adesão do novo sócio tem o potencial de ampliar em 28% a demanda por produtos brasileiros, principalmente entre derivados de soja e outros produtos básicos, como açúcar, mas também com motores e máquinas. Não é desprezível, especialmente porque a participação do Brasil já é relevante.

Antes de amadurecer a nova adesão, o Mercosul firmou, em 2004, um acordo de livre comércio com a Comunidade Andina de Nações, que reúne, além de Venezuela e Colômbia, Bolívia, Equador e Peru. E nesse acordo, os prazos para as reduções de tarifas de importação são bem diferentes. Em um ano, cerca de 80% das vendas da Venezuela terão livre acesso ao mercado brasileiro, enquanto o Brasil terá que esperar cinco anos para ver 16% dos produtos receberem o mesmo tratamento – e apenas em 14 anos esse índice chegará em 63%.

Interessados em acelerar o passo, os empresários fazem questão de incluir o tema nas negociações que devem durar, pelo menos, todo o ano de 2006 entre Venezuela e Mercosul. Institucionalmente, o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul recomendou ao Conselho do Mercado Comum, agora em janeiro, uma redução dos prazos negociados pela Venezuela naquele acordo de livre comércio.

Essa negociação não será simples nem rápida. A previsão é de que um grupo de trabalho seja montado até maio e, a partir daí, haverá seis meses de acertos, prazo que pode ser prorrogado por outros 180 dias. O ponto básico está na necessidade da Venezuela sintonizar suas tarifas de importação à Tarifa Externa Comum do Mercosul. (*Correio Brasiliense, 06/02/06*)

La Argentina y Brasil siguen negociando el acuerdo automotriz

Las negociaciones entre autoridades y técnicos argentinos y brasileños avanzaron con el objetivo de elaborar un régimen automotor de transición que tendrá vigencia hasta julio para el intercambio comercial de unidades terminadas y partes, se informó extraoficialmente.

Los objetivos fijados para esta reunión son los de definir los términos de la transición hasta el 30 de junio y para fijar el cronograma de trabajo para alcanzar un acuerdo definitivo que empezará regir a partir del 1 julio de este año.

Es que el plazo contemplado en el acta firmada a fines de diciembre pasado contempla que hasta fin de febrero rige una extensión del acuerdo que vencía el 31 de diciembre. Ese acuerdo se lo extendió por 60 días y en ese plazo se debe definir la continuidad hasta fin de junio.

Según los expertos un acuerdo no sólo es necesario sino inevitable, dado que la industria automotriz tiene en su lógica de desarrollo futuro un alto grado de complementación entre ambos países.

En ese sentido, lo que los negociadores argentinos priorizan es una complementación con Brasil en el marco de reglas de juego que incentiven la inversión en nuestro país y que vinculen la posibilidad de las terminales de importar de Brasil sin aranceles a las nuevas inversiones y a las exportaciones, no solamente dentro del Mercosur sino también extrazona.

La Argentina está en camino de tener una industria automotriz con escala competitiva no sólo en el Mercosur sino con creciente participación en el resto del mundo y esto favorece niveles de modernización similares a los países más desarrollados. *(InfoBae, 10/02/06)*

Vázquez invitó a Kirchner a dialogar

El Presidente de la República Tabaré Vázquez invitó ayer a su par de Argentina Néstor Kirchner a utilizar la vía del diálogo para solucionar el diferendo por las plantas de celulosa "en Anchorena, en Argentina o en la Isla Martín García, porque esta situación sólo se arregla dialogando", aunque advirtió que esas conversaciones deben darse "sin cortes de ruta". Kirchner habría dicho anoche que sí al diálogo pero sólo con las obras paradas.

El Presidente Tabaré Vázquez, habló en las conmemoraciones en Colonia del Sacramento que las diferencias con Argentina obedecen a "desinformación" (en la vecina orilla) y subrayó que su administración desea "fervientemente que los cortes (de rutas en Entre Ríos) se levanten rápidamente".

El presidente argentino Kirchner habría dicho anoche a un grupo de ambientalistas que estaba dispuesto a dialogar pero con las obras paradas. También habría dicho que no se opone a los cortes de ruta. *(La Republica 09/02/06)*



Presidente Evo Morales: "El Tratado de Libre Comercio acabará con la Comunidad Andina"

El presidente de Bolivia, Evo Morales, advirtió que un tratado de libre comercio con Estados Unidos podría fracturar a la Comunidad Andina (CAN), por lo que convocó a una reunión urgente con sus pares de Colombia y Ecuador para debatir el futuro del mercado regional. "Con los tratados de libre comercio podemos acabar con la CAN o, quién sabe, con el Mercosur. Creo que como región debemos ser responsables y por eso, con mucho respeto, les pido a estos gobiernos que instalen una reunión conjunta", afirmó Morales en declaraciones reproducidas por la agencia Bolpress. El mandatario boliviano sugiere asumir una posición "conjunta" que no perjudique los intereses de los países de la región. "Un acuerdo comercial de ese tipo saturaría los mercados de la CAN con producción subsidiada norteamericana y pondrían fin a los privilegios de los que gozan los productores andinos", aseguró Evo Morales. *(PAGINA 12, 31/01/06)*

Toledo dijo que el TLC con Estados Unidos generará seis millones de empleos

El Presidente de la República, Alejandro Toledo, destacó esta tarde que el Tratado de Libre Comercio (TLC) acordado con Estados Unidos generará seis millones de puestos de trabajo en los próximos diez años, al mismo tiempo constituye un gran reto para ingresar con productos peruanos competitivos en calidad y precio a un mercado de 290 millones de personas, que tienen un ingreso anual promedio per capita de 37 mil dólares.

Señaló que ingresarán a Estados Unidos casi todos nuestros productos, libres de aranceles, entre ellos mangos, espárragos, uvas, páprika, productos agropecuarios, joyas y textiles. Dijo que no fue una fácil, pues fueron dos años y 13 rondas de negociaciones, pero se logró el cierre del TLC con el apoyo de los empresarios, trabajadores y campesinos.

El jefe del Estado refirió que hubo un entrapamiento en las negociaciones, porque el Perú no podía ceder y tenía que defender la producción nacional y el empleo, y agradeció al Gobierno del Presidente Bush por haber flexibilizado su posición, en especial en los temas de propiedad intelectual y agropecuario. Por ejemplo, señaló, la ropa usada no ingresará, pese a la insistencia de los negociadores estadounidenses.

Asimismo, el Presidente Toledo indicó que el Estado compensará, en el corto plazo, con un fondo de 100 a 150 millones de dólares, a aquellos productos agrícolas que pueden ser perjudicados en el corto plazo, pero que en el mediano y largo plazo son rentables.

El jefe del Estado dijo que no cree que exista algún congresista que esté en contra de la generación de más puestos de trabajo. También expresó su deseo en que Colombia y Ecuador firmen un TLC con Estados Unidos que los favorezca. (*Argenpress, 03/02/06*)

Mercosul quer retomar negociação com UE

O Mercosul quer retomar as negociações do acordo com a União Européia para a criação da maior zona de livre comércio do mundo, praticamente paralisadas desde outubro de 2003. O Brasil está disposto a melhorar sua oferta de abertura do mercado automotivo e do setor de serviços, desde que os europeus ofereçam boas condições de acesso aos produtos agrícolas. O governo acredita que a cúpula América Latina - Europa, que será realizada em Viena, na Áustria, em maio, é uma boa oportunidade para selar o acordo.

A próxima reunião entre os negociadores europeus e sul-americanos será realizada em Bruxelas em fevereiro. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai realizam uma reunião preparatória na próxima semana, em Buenos Aires, para elaborar quais seriam as possíveis melhorias das propostas do bloco do Cone Sul.

A proposta do Mercosul previa um prazo de 18 anos para a queda total das tarifas - o maior prazo de desgravação do acordo - e oferecia cota de apenas 25 mil veículos para entrada imediata no mercado com tarifa zero. Em serviços, o Brasil ofereceu benefícios em telecomunicações e setor financeiro, mas não atingiu a ambição dos europeus.

Ao mesmo tempo em que acena com concessões, o governo brasileiro cobra uma abertura do mercado agrícola da Europa.

Do lado europeu, surgiu um certo mal-estar com a reunião de Viena. Fontes do bloco afirmam que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, teria recusado o convite para participar da cúpula, alegando compromissos internos. Os diplomatas europeus temem o esvaziamento do encontro com a ausência de Lula. (*Valor Econômico, 02/02/06*)

Mercosul quer ampliar acordo com a Índia e a África do Sul

Após dois dias de reuniões dos negociadores do Mercosul em Buenos Aires, o bloco decidiu aumentar a quantidade de produtos que fazem parte do acordo comercial com a Índia e com os países que integram a zona aduaneira da África do Sul (Southern African Customs Union, a Sacu).

Os países-membros querem incluir as autopeças, automóveis, carne, soja e trigo duro no comércio bilateral com a Sacu. Já à Índia, o bloco vai oferecer os produtos automotivos.

Os negociadores do Mercosul têm reunião marcada para a primeira semana de abril com a Sacu. Já com a Índia, está prevista uma videoconferência em março. (*Valor Econômico, 10/02/06*)

Los TLC bilaterales permiten a los países ricos arrancar concesiones que no puede obtener por otra vía

Gonzalo Riet

El lector puede encontrar casi a diario en la prensa nacional e internacional informaciones relativas a los avances que van logrando las negociaciones entre EEUU y diferentes países latinoamericanos para alcanzar la firma de un Tratado de Libre Comercio. Son diferentes iniciativas, en muchos casos entre EEUU y un sólo país, en otros, con un pequeño grupo de economías de muy baja escala.

La pregunta que surge sola es por qué una economía gigante como la del país norteamericano está interesada, de repente, en concretar TLC con economías pobres, subdesarrolladas?

Hasta el momento la experiencia de los TLC ya alcanzados entre países desarrollados y no desarrollados muestran claramente que al estar estos últimos en una posición negociadora más débil (menor peso económico, político y hasta de capacidad de negociación) difícilmente se reconoce y acepta esta situación con el fin acordar un trato especial, diferenciado y de respeto de las asimetrías existentes.

Más bien el país desarrollado argumenta y presiona al máximo para imponer los principios del libre comercio, libre mercado y de igualdad ante la ley (aunque ambos sean notoriamente desiguales).

Los acuerdos de libre comercio contienen muchos elementos que no están sujetos a normas en la OMC, muchos de esos tratados entre países del Norte y el Sur incluyen normas sobre inversiones, compras del Estado y leyes de competencia, que hasta ahora han sido rechazadas por los países en desarrollo en el ámbito de la OMC. Los países en desarrollo también se han opuesto a discutir normas laborales y ambientales en la OMC, pero estos asuntos están entrando por la puerta trasera a través de los acuerdos de libre comercio, aunque en éstos deberían aplicarse las mismas razones que en el OMC para el rechazo de los países en desarrollo a esas normas.

Otra particularidad que distingue a estos acuerdos de Libre Comercio es que se apela continuamente y con insistencia a la reciprocidad por lo que ambas partes se comprometen a los mismos niveles de obligaciones, situación que, obviamente, implica una gran desigualdad e injusticia para el país más pequeño.

Retornando a la pregunta con que se inicia la nota, el apuro por concretar TLC en América Latina, se origina en el fortalecimiento de los países no desarrollados en la OMC que ha puesto en duda toda la Ronda de Doha sobre comercio mundial y sobre todo ha cuestionado y desnudado la filosofía imperial y colonial con que Europa y EEUU encaran las negociaciones mundiales sobre liberalización del comercio (un principio que no se discute pero que es necesario precisar en qué condiciones y tiempos se realiza), y en la postura ineludible mostrada por el Mercosur y Venezuela respecto al ALCA. Sumemos a ello que este año finaliza la autorización que el Congreso de EEUU otorgó a Bush para arreglar TLC y quedan meridianamente claras las razones de tal urgencia. (*La República, 05/02/06*)

EE.UU. admite su interés en tratados de comercio con Uruguay y Paraguay

Estados Unidos confirmó públicamente su interés por firmar acuerdos de libre comercio (TLC) con Uruguay y Paraguay, lo que representa una nueva presión sobre el debilitado Mercosur.

El encargado de negocios de la Embajada de EE.UU. en Uruguay, James Leanon, y el embajador estadounidense en Paraguay, James Cason, dijeron casi simultáneamente en Montevideo y Asunción que Estados Unidos está dispuesto a sentarse en la mesa de negociaciones con ambos países si sus respectivos gobiernos lo desean.

James Leanon aclaró que todavía no hay negociaciones con Uruguay, pero admitió que están estudiando las precondiciones para eventualmente iniciarlas.

Paralelamente, Cason, el embajador en Paraguay, dijo casi al mismo tiempo en Asunción: "Nuestro país está muy interesado en tener acuerdos de libre comercio o con grupos o países individuales. Toca a cada país decidir si quieren, después de una discusión interna"

El artículo 2 de la resolución número 32 del Mercosur dice que los Estados miembros no pueden firmar "nuevos acuerdos preferenciales o acordar nuevas preferencias comerciales en acuerdos vigentes en el marco de la ALADI que no hayan sido negociados por el Mercosur".

Cason dijo sin embargo que tiene la impresión de que Paraguay quiere hacer el acuerdo.

En respuesta a las declaraciones de Cason, la canciller paraguaya Leila Rachid dio que su gobierno permanecerá en el Mercosur. Aunque no necesariamente significa una contradicción, Duarte Frutos había manifestado hace un par de meses que Paraguay no debe estar "encorsetado" en el Mercosur, sino que debe buscar otras opciones. (*Clarín, 07/02/06*)

Cresce presença de investimento brasileiro no país vizinho

Em 2004, o Brasil foi a quarta maior fonte de investimentos estrangeiros diretos que chegaram à Argentina, com aporte de US\$ 653 milhões. Apenas as aquisições por companhias brasileiras de duas empresas locais, Loma Negra (US\$ 1 bilhão) e Swift Armour (cerca de US\$ 200 milhões) correspondem a quase o dobro desses recursos.

A crise econômica argentina teve como consequência a violação de contratos, gerando um clima de desconfiança que fez com que caísse a entrada de recursos externos no país. O fluxo de investimentos estrangeiros diretos chegou ao pico de US\$ 23,98 bilhões em 1999, mas em 2002 esse volume foi reduzido em mais de dez vezes.

Os fundos provenientes do Brasil, em contraste, cresceram a partir da crise de 2002 e se encontram hoje em um patamar muito superior à média da década passada. De acordo com números da consultoria elaborados a partir de dados do Ministério da Economia, em 2002 o Brasil foi a principal fonte de investimentos estrangeiros diretos no país. Nos anos posteriores, o fluxo foi mais moderado, mas o Brasil se consolidou como um dos países que mais investem na Argentina, e os números de 2004 mostram que ficou atrás apenas de Espanha, EUA e Holanda.

Entre os empresários brasileiros, a percepção é que atualmente o mercado local oferece mais oportunidades de crescimento e além de ter taxa de crescimento maior (em 2005 deve ser de 9%), os custos de produção na Argentina são hoje muito mais baixos do que no Brasil. Entre as vantagens competitivas do país vizinho estão o câmbio, mão-de-obra barata e qualificada e menores gastos com energia. As tarifas de gás para indústrias, por exemplo, são quatro vezes mais caras no Brasil que na Argentina. (Valor Econômico, 31/01/06)

Al final, Renault se decidiu por Brasil

Renault no está conforme con los resultados obtenidos en los últimos años en el Mercosur. Pero, aun así, hará su apuesta fuerte por Brasil, no por la Argentina. Eso quedó claro ayer, en esta ciudad, durante los anuncios que hizo la compañía automotriz francesa para los próximos cuatro años.

La noticia no tuvo, como suele ocurrir cuando los conceptos parten de ejecutivos argentinos dentro del país, atenuantes discursivos. Al contrario: el francés Mitchel Gornet, director general adjunto y responsable de fabricación en el mundo, fue todo lo sincero que se había propuesto cuando especificó, en la fría mañana de París, que los cinco nuevos vehículos que fabricará Renault en América latina se harán en Brasil. Entre otros, el Megane II y el Logan, porque el resto no está definido.

Tampoco desechó la posibilidad de que, también en un futuro, algunos automóviles, si tenían éxito y se adaptaban a los respectivos mercados, se fabricaran en ambos países. El interrogante, entonces, es por qué Renault optó por Brasil. Aunque ambas plantas, la de Córdoba y la de Curitiba, trabajan hoy con menos del 40% de su capacidad instalada, aquí se piensa que algunas condiciones no están claras todavía en la Argentina. Por ejemplo, para la compra de piezas.

La mañana automotriz no había empezado bien para América latina. Carlos Ghosn, CEO y presidente de Renault en el mundo desde hace menos de un año, había mostrado pocos reparos en su nacionalidad brasileña para ser muy duro con los resultados de la firma dentro del gigante del Mercosur. Ghosn tampoco titubeó al calificar de "fracaso" los resultados en Brasil. Aun así, Renault eligió ese destino para los nuevos cinco modelos que fabricará en la región. Con la Argentina, en cambio, Ghosn había sido más indulgente en las palabras. Al mediodía, durante una conferencia para periodistas argentinos y brasileños, se le preguntó a Gornet cómo evaluaba el clima de negocios en el país. "Claramente ha mejorado, contestó.

Se le consultó entonces si la empresa, que había encabezado el ranking de ventas durante muchos años y hoy exhibía apenas el 10%, tenía previsto recuperar participación en el país. "Es que no basta con tener la intención. No tenemos hoy los productos necesarios para recuperar mercado en la Argentina", respondió. (*La Nación*, 10/02/06)

Montadoras no desvío

Os números de 2005 foram positivos para o setor – produção de 2,4 milhões de veículos, as exportações superaram US\$ 11 bilhões, as vendas internas cresceram 10% no ano, chegando a mais de 1,7 milhão. Mas um estudo da Anfavea mostra que as perspectivas de futuro não são muito boas.

Segundo a ANFAVEA, hoje há capacidade instalada para a produção de 80 milhões de veículos no mundo. Até 2010 ou 2012, mais 10 milhões de unidades serão acrescentadas a esse volume. A China absorverá cerca de um terço dessa expansão. A Índia ficará com um pedaço. Países do Leste Europeu, como República Checa e Polônia, estão entre os escolhidos. Nesse período, estima-se a redução de 1,4 milhão de unidades na capacidade industrial do setor na Europa ocidental. E a abertura de 1,6 milhão na banda leste do continente. "Há uma clara transferência de produção de uma região para outra", afirma Golfarb.

Com isso, o Brasil perde um de suas principais armas na briga por fatias do mercado mundial: o baixo custo. No Brasil, a hora trabalhada dos funcionários das montadoras varia de US\$ 10 a US\$ 14. Na Alemanha, esse valor é superior a US\$ 21. Já na República Checa e na Polônia, o custo despenca para cerca de US\$ 2. Na Ásia, China sobretudo, os salários são menores ainda.. A saída, segundo Golfarb, presidente da ANFAVEA, é investir no que os "adversários" não possuem - um tripé, formado por qualidade, inovação e engenharia. O País já possui essas competências e deve desenvolvê-las. O Brasil conseguiu adequar a tecnologia de bicompostíveis aos modelos compactos. O desenvolvimento do motor à álcool é outro exemplo. No quesito engenharia, o Brasil também possui currículo significativo. "Embora a produção na China cresça sem parar, eles ainda não possuem níveis de qualidade exigidos por europeus e americanos."

No final do ano, a Anfavea formou grupos de trabalho para estudar cada um desses pontos. Depois, numa visita ao BNDES, os executivos da associação parecem ter despertado a atenção do presidente Guido Mantega para o problema, que pediu um estudo detalhado sobre esse cenário, que deverá ser entregue em abril ou maio deste ano. As montadoras esperam obter linhas especiais para expandir seus centros de engenharia no Brasil. (*Isto É Dinheiro*, 13/02/06)



Sindicatos piden fortalecer Mercosur

Las principales centrales sindicales de Brasil y Uruguay reclamaron en el primer Campamento Binacional del Foro Social Mundial el fortalecimiento del Mercado Común del Sur. Los participantes elaboraron un comunicado conjunto que fue distribuido ayer y en el que se reclama el fortalecimiento del Mercosur (formado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) como vía para ayudar al desarrollo de los países de la región. "Estamos en contra del ALCA, porque éste busca transformar a América Latina en un área de dominación de EEUU (...) en contraposición proponemos que los gobiernos fortalezcan de hecho el Mercosur, en todos los planos, social, cultural, político y económico", dice el comunicado. (*LOS TIEMPOS de Cochabamba*, 31/01/06)

Finalizó el Foro Sindical de las Américas

El pasado jueves finalizó el II Foro Sindical de las Américas, el cual se se llevó a cabo en las instalaciones del Hotel Caracas-Hilton, durante los días 25 y 26 de enero de 2006. La clausura estuvo encabezada por el Secretario General de la Confederación Latinoamericana de Trabajadores (CLAT), Eduardo García Moure. Agregó, que "el sindicalismo no está en crisis, está en el proceso de reestructuración, redimensión y renovación". También puntualizó, que se debe

estar orgulloso de ser trabajadores y sindicalistas por la larga trayectoria de las clases trabajadoras y sus luchas en la humanidad.

Por otra parte, el Secretario General de la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), Víctor Báez Mosqueira manifestó su agradecimiento a los participantes por su presencia al II Foro Sindical de las Américas y resaltó, que " más allá de que estamos claros del diagnóstico que se proyectó, también estamos claro que existe una nueva etapa de lucha que necesita una acción precisa, hay una entrada en vigencia en alguna parte del mundo de los TLC (Tratado Libre Comercio) pero la lucha no termina allí, la lucha continua en todo los países, no estamos vencidos. Se habrá perdido algunas batallas en algunos países, pero la clase obrera y los sectores populares, seguiremos en la lucha".

Como parte de la discusión y debate acerca de la Unidad, el líder sindical manifestó que es importante la creación de la nueva central y a nivel de las Américas. Este Foro Sindical de las Americas que se desarrollo en un ambiente dinámico, contó con la participación de representantes sindicales de las instancias de coordinación sindical subregional, de las centrales sindicales de EE.UU, México y Canadá, de organizaciones afiliadas a la CIOSL/ORIT y a la Central Latinoamericana de Trabajadores. Así como también, delegados/as de las Federaciones Sindicales Internacionales (FSI), especialistas de la OIT, representantes de actores sociales vinculados a los diferentes temas de discusión e invitados especiales como ponentes. (CIOSL-ORIT, 01/02/06)



A integração produtiva no Mercosul

Alessandro Teixeira

Desde que foi constituído, o Mercosul esteve excessivamente focado nas questões comerciais. Sustentado principalmente no seu pilar comercial, o Mercosul corre sérios riscos de perder importância econômica em razão de dois fatores básicos. A tarifa externa comum, o imposto de importação que o bloco impõe a terceiros mercados, tende a ser reduzida em razão das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo é justamente diminuir os obstáculos ao comércio mundial.

Além disso, ao longo do tempo, os próprios membros do Mercosul têm negociado acordos com vista à adoção do livre comércio com outros países, como Chile, Bolívia, Venezuela, Peru, Colômbia, Equador, México, Índia e África do Sul. Nesse contexto, é evidente a importância de o Mercosul superar esse enfoque meramente comercial e conseguir de fato promover a integração produtiva na região. A constituição de um espaço econômico dinâmico, que permita o aproveitamento de economias de escala, pode dar novo fôlego à construção do bloco. Fusões e aquisições, joint ventures entre empresas dos membros do bloco, a transnacionalização de grupos nacionais, a formação de empresas multinacionais do Mercosul e a integração de cadeias produtivas são elementos catalisadores do processo integrador da região.

Antes disso, no entanto, é importante que os países do bloco se convençam - como o Brasil já o fez - da importância de uma política industrial que articule o Estado e o setor privado na busca pela competitividade. E que os países membros percebam a importância de adotar uma abordagem produtiva baseada na especialização e na complementaridade, e não esgotar o bloco num modelo apenas comercial de integração. Sem isso o Mercosul minguará lentamente, perdendo a importância econômica como bloco. (*O Estado de São Paulo*, 26/01/06)

Se crea Movimiento Fronterizo de ONGs

El primer día de febrero se realizó en la ciudad brasileña de Barra do Quaraí un encuentro de Organismos No Gubernamentales (ONG) internacional, donde participaron entidades de Argentina, Brasil y Uruguay. El evento tuvo como fin el desarrollo, la educación, una mayor integración cultural y defensa del medio ambiente en la región.

La reunión empezó con la presentación de cada una de las entidades, en la cual la ONG Atelier Saladero –organizadora del encuentro- habló sobre la importancia de juntar esfuerzos entre los países vecinos, argumentando que no corresponde sólo a un lado realizar campañas de protección al medio ambiente y al otro no. Otro de los temas resaltados en la reunión refirió a la importancia para los asuntos sobre medio ambiente en los tres países debido la abundancia de fauna.

En tanto, representantes de organizaciones como Asociación Ecologista Río Mocoqueta (Argentina) y el Instituto Patulus de Santana do Livramento (Brasil), manifestaron que "es necesario que nos pongamos de acuerdo más allá de los intereses de los Estados.... Además de las organizaciones ya citadas participaron Asociación Amigos del Río Uruguay de Monte Caseros (Argentina) y la Comisión Binacional de Medio Ambiente y de los recursos Naturales Renovables Paso de Los Libres /Uruguayana (Argentina y Brasil). Estas entidades propusieron el envío de una carta para cada gobierno comunicando la existencia del Movimiento Transfronterizo.

Al final de la reunión se firmó un acta manifestando la voluntad de un tratado de cooperación que da origen a este foro de la Triple Frontera Sur. En los próximos días se realizará una asamblea para formalizar y constituir una institución multinacional que este inscripta formalmente en los tres países. (*Agencia Periodística del Mercosur, 03/02/06*)

O mundo solidário, 2006

Boaventura de Sousa Santos

O Fórum Social Mundial (FSM) de 2006 é policêntrico: realiza-se em três continentes. Acabam de ter lugar os eventos africanos (Bamako, Mali) e americano (Caracas, Venezuela) e, no próximo mês de março, terá lugar o asiático (Karachi, Paquistão).

O FSM de Bamako, do qual participaram cerca de 20 mil pessoas, revelou mais uma vez a capacidade da África para sediar realizações internacionais que permitem dar visibilidade às perspectivas africanas, não só sobre os problemas daquele continente como também sobre os problemas do mundo.

Do FSM de Caracas, participaram cerca de 100 mil pessoas, sendo particularmente significativas as delegações da Colômbia, do Brasil e dos EUA. A grande participação de organizações e movimentos sociais norte-americanos foi uma das novidades mais vincadas desse fórum. O FSM reflete sempre o contexto político da região em que tem lugar. Em Caracas, esse contexto se refletiu em três níveis.

Primeiro, na saliência da luta contra o imperialismo econômico e militar dos EUA. Enquanto os Estados Unidos recorrem a tratados de livre comércio bilaterais com os países mais pobres do continente, Venezuela, Argentina, Brasil, Uruguai e Cuba vão desenvolvendo um projeto alternativo de integração regional. Não restam dúvidas de que a América Latina é hoje o elo fraco do imperialismo norte-americano.

O contexto regional levou também a múltiplos debates sobre a "onda" de governos democráticos de esquerda que perpassa o continente, do que as manifestações mais recentes são a eleição de Evo Morales, na Bolívia, e a de Michelle Bachelet, no Chile -e a que se podem juntar, em futuro próximo, a reeleição de Lula, no Brasil, e a eleição de López Obrador, no México. O contexto regional refletiu-se ainda no fórum pela presença do presidente Chávez. Bamako e Caracas foram nas últimas semanas os rostos da sociedade civil global em luta pela paz e a justiça social. (*Folha de São Paulo, 05/02/06*)

Os exageros com a Argentina

Sergio Leo

Comentando o acordo entre Argentina e Brasil que criou o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), o ex-embaiador do Brasil na Argentina José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), se diz favorável e argumenta que, enquanto os setores potencialmente sujeitos a eventuais barreiras argentinas representam, no máximo, 7% das vendas ao vizinho, as exportações brasileiras garantiram, em 2005, um saldo comercial de impressionantes US\$ 3,7 bilhões. Com a insistência dos argentinos em obter um mecanismo

oficial de administração de comércio, o Brasil poderia até ter endurecido e enfrentado a equipe de Kirchner. Isto não evitaria artifícios do governo argentino para conter os produtos brasileiros. "A questão é: você briga com um de seus melhores clientes, quando está vendendo mais?", pergunta Botafogo. "Para quê?"

Não há dúvida de que o acordo é um retrocesso para o projeto do Mercosul, ao introduzir uma regra capaz de brechar o fluxo de mercadorias entre os dois principais sócios do bloco. Não foi à toa que o governo tentou ao máximo ignorar essa demanda argentina. Quem conhece a proposta original do governo argentino para as salvaguardas, e teve a pachorra de ler os 29 artigos e três anexos do acordo agora assinado pelos dois governos sabe, porém, como é equivocado dizer que o Itamaraty submeteu-se às imposições da Argentina. O acordo original proposto daria um cheque em branco aos argentinos; o MAC recém-criado e ainda pouco conhecido agregou limites políticos e formais à aplicação de barreiras comerciais entre os dois países. Muitas delas vão além do acordo de salvaguardas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os argentinos aceitaram submeter as eventuais salvaguardas ao crivo de uma comissão internacional de especialistas, que pode revogá-las; e se comprometeram a documentar e justificar com dados objetivos a aplicação de barreiras ao comércio. Por outro lado, o governo poderá baixar preventivamente medidas de contenção de comércio, quando considerar iminente o risco para os produtores locais. Se essas barreiras se mostrarem injustificáveis, porém, terão de ser retiradas e os responsáveis ficarão impedidos de requisitar novas barreiras por um ano.

O principal argumento em favor do MAC é a necessidade de dar tempo à indústria argentina para adaptar-se à competição internacional. Quatro anos, prazo máximo previsto de duração das eventuais salvaguardas contra algum produto é, no entanto, prazo pequeno para modernizar setores ainda com fortes dificuldades de crédito. Caberá ao governo Kirchner mostrar se usará bem a oportunidade conferida com a concessão brasileira, ou se dará razão ao que vêm criticando a medida. *(Sergio Leo, repórter especial em Brasília, Valor 06/02/06)*

Resultados de la II Conferencia Regional Andina sobre el Empleo

Estimados amigos:

Para saludarles y comentarles que en el sitio web del Consejo Asesor de Ministros de Trabajo de la Comunidad Andina pueden encontrar toda la información relativa a la II Conferencia Regional Andina sobre el Empleo que se desarrolló en Cochabamba, Bolivia, en noviembre del año anterior.

Les recuerdo la dirección: www.camtandinos.org

Espero que esta información les sea de utilidad y para cualquier comentario o ampliación, estamos en comunicación.

Atentamente,

Guido Mendoza Fantinato
Gerente del Proyecto Sociolaboral y Educativo
Secretaría General de la Comunidad Andina